
Anexo XI

SISTEMA DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Consulta Pública
Concorrência SETOP _26_/2014

SUMÁRIO

PARTE I – DA ALOCAÇÃO DOS RISCOS	3
1. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	3
2. SEÇÃO 1: DOS RISCOS DO PODER CONCEDENTE	3
3. SEÇÃO 2: DOS RISCOS DA CONCESSIONÁRIA.....	4
PARTE II – DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR	6
4. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	6
PARTE III – DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO	7
5. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	7
6. DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO	7
7. DO CÁLCULO DO FLUXO MARGINAL ANUAL.....	8
8. NOVOS INVESTIMENTOS	11

PARTE I – DA ALOCAÇÃO DOS RISCOS

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Os riscos decorrentes da execução da CONCESSÃO serão alocados ao PODER CONCEDENTE e à CONCESSIONÁRIA consoante as disposições contidas neste anexo. Somente caberá revisão do CONTRATO nos casos em que a ocorrência dos fatos indicados abaixo resultar em variação do fluxo de caixa projetado da CONCESSÃO, observada necessariamente a distribuição de riscos aqui prevista.

2. SEÇÃO 1: DOS RISCOS DO PODER CONCEDENTE

2.1. Dado o exposto, constituem riscos suportados exclusivamente pelo PODER CONCEDENTE e poderão ensejar REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, nos termos deste CONTRATO:

2.1.1. Mudanças no projeto de engenharia por solicitação do PODER CONCEDENTE, salvo se tais mudanças decorrerem da não-conformidade do projeto com a legislação em vigor ou com os padrões exigidos pelo PODER CONCEDENTE;

2.1.2. Incorporação de novas tecnologias inovadoras e de ponta para a execução dos SERVIÇOS, solicitados pelo PODER CONCEDENTE;

2.1.3. Qualquer modificação unilateral do CONTRATO, imposta pelo PODER CONCEDENTE;

2.1.4. Ações ou omissões ilícitas do PODER CONCEDENTE ou de quem lhe represente;

2.1.5. Redução de custos da CONCESSIONÁRIA, decorrente de incentivos ou facilidades de qualquer gênero oferecidos pelo PODER CONCEDENTE, demais entes da Federação ou entidades integrantes de sua administração indireta, tais como benefícios oriundos da celebração de convênios, de incentivos fiscais, de transferência de conhecimento, de disponibilização ou subsídio de serviços necessários sem ônus para a CONCESSIONÁRIA, dentre outros;

2.1.6. Mudança na legislação tributária que altere os custos da obra, custos operacionais ou custos de manutenção de equipamentos, exceto imposto incidente sobre a renda ou lucro;

2.1.7. Ocorrência de eventos de força maior ou caso fortuito, exceto quando seu seguro possa ser contratado junto a instituições seguradoras, no mercado brasileiro, na data da ocorrência ou quando houver apólices vigentes que cubram o evento;

2.1.8. Descumprimento, pelo PODER CONCEDENTE, de suas obrigações contratuais ou regulamentares, incluindo, mas não se limitando, ao

descumprimento de prazos aplicáveis ao PODER CONCEDENTE previstos no CONTRATO e/ou na legislação vigente;

2.1.9. Alterações na metodologia de cálculo dos índices de desempenho; e

3. SEÇÃO 2: DOS RISCOS DA CONCESSIONÁRIA

3.1. Salvo os riscos expressamente alocados ao PODER CONCEDENTE no CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA é exclusiva e integralmente responsável por todos os demais riscos relacionados a presente CONCESSÃO, não sendo, portanto objeto de REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO do CONTRATO, a serem destacados em especial:

3.1.1. Aumentos de preço nos insumos para a execução das obras e serviços, salvo aqueles que decorram diretamente de mudanças tributárias, nos termos do item 2.1.6;

3.1.2. Investimentos, custos ou despesas adicionais decorrentes da elevação dos custos operacionais e de compra ou manutenção dos equipamentos;

3.1.3. Estimativa incorreta dos investimentos custos despesas ou impostos a serem arcados pela CONCESSIONÁRIA;

3.1.4. Investimentos, custos ou despesas adicionais necessários para o atendimento das especificações técnicas determinadas pelo PODER CONCEDENTE ou de quaisquer das obrigações contratuais, do nível de serviço estabelecido e da qualidade na prestação dos serviços previstos no CONTRATO;

3.1.5. Estimativa incorreta do cronograma de execução dos investimentos;

3.1.6. Prejuízos decorrentes de falha na segurança no local de realização das obras;

3.1.7. Alteração, para mais ou para menos, dos custos de capital, inclusive os resultantes de aumento das taxas de juros;

3.1.8. Variação das taxas de câmbio;

3.1.9. Prejuízos a terceiros, causados direta ou indiretamente pela CONCESSIONÁRIA ou por qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, em decorrência de obras ou da prestação dos Serviços;

3.1.10. Prejuízos decorrentes de erros na realização das obras que ensejem a necessidade de refazer parte ou a totalidade das obras;

3.1.11. Atrasos decorrentes da não obtenção de autorizações, licenças e permissões da Administração Pública exigidas para construção ou operação das novas instalações, exceto se decorrente de fato imputável à Administração Pública Estadual;

- 3.1.12. Mudanças dos projetos apresentados pela CONCESSIONÁRIA que não tenham sido solicitadas pelo PODER CONCEDENTE, ou quando solicitados para adequação à legislação em vigor ou aos padrões exigidos pelo PODER CONCEDENTE;
- 3.1.13. Mudanças tecnológicas implantadas pela CONCESSIONÁRIA e que não tenham sido autorizadas pelo PODER CONCEDENTE;
- 3.1.14. Greves realizadas por empregados contratados pela CONCESSIONÁRIA ou pelas Subcontratadas e prestadoras de serviços à CONCESSIONÁRIA;
- 3.1.15. A ocorrência de dissídio, acordo ou convenção coletiva de trabalho;
- 3.1.16. Custos de ações judiciais de terceiros contra a CONCESSIONÁRIA ou Subcontratadas decorrentes da execução da CONCESSÃO, salvo se por fato imputável ao PODER CONCEDENTE e observado o disposto no item 2.1 deste ANEXO.
- 3.1.17. Ocorrência de eventos de força maior ou caso fortuito quando a sua cobertura seja aceita por instituições seguradoras, no mercado brasileiro, conforme disposto na PARTE II –DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR;
- 3.1.18. Constatação superveniente de erros ou omissões em sua PROPOSTA COMERCIAL, tais como a estimativa equivocada de impostos e a utilização de estudos de demanda próprios não correspondentes à demanda real;
- 3.1.19. Destruição, roubo, furto ou perda dos bens que integram a CONCESSÃO e de suas receitas;
- 3.1.20. Manutenção da segurança dos USUÁRIOS;
- 3.1.21. Incidência de responsabilidade civil, administrativa, ambiental, tributária e criminal por fatos que possam ocorrer durante a prestação dos SERVIÇOS;
- 3.1.22. Custos gerados por condenações ou pelo acompanhamento de ações judiciais movidas por ou contra terceiros;
- 3.1.23. Riscos decorrentes de eventual incapacidade do mercado em fornecer-lhe os bens e insumos necessários à prestação dos SERVIÇOS;
- 3.1.24. Valorização ou depreciação dos bens integrantes da CONCESSÃO;
- 3.1.25. Variação ou a não realização das receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados;
- 3.1.26. Ineficiências ou perdas econômicas decorrentes de falhas na organização dos SERVIÇOS realizados pela CONCESSIONÁRIA;

3.1.27. A redução de receita em decorrência da aplicação dos índices de desempenho e qualidade, constantes do ANEXO VII do EDITAL – QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO.

3.2. A CONCESSIONÁRIA declara:

3.2.1. Ter pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no CONTRATO;

3.2.2. Ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua PROPOSTA e assinatura do CONTRATO.

PARTE II – DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR

4. DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. Consideram-se caso fortuito e força maior, com as consequências estabelecidas no CONTRATO e neste anexo, os eventos imprevisíveis e inevitáveis, alheios às PARTES, e que tenham um impacto direto sobre o desenvolvimento das obras, serviços e atividades da CONCESSÃO.

4.2. Caso fortuito é toda situação decorrente de fato alheio à vontade das PARTES, porém proveniente de atos humanos. Constituem nomeadamente caso fortuito: atos de guerra, hostilidades, atos de vandalismo, invasão ou terrorismo e inexecução do CONTRATO por alteração na estrutura político-administrativa do PODER CONCEDENTE que, diretamente, afetem as obras, serviços e atividades compreendidos neste CONTRATO.

4.3. Força maior consiste no fato resultante de situações independentes da vontade humana. Constituem nomeadamente força maior: epidemias globais, radiações atômicas, graves inundações, ciclones, tremores de terra e outros cataclismos naturais, que, diretamente, afetem as obras, serviços e atividades compreendidos neste CONTRATO.

4.4. A PARTE que tiver o cumprimento de suas obrigações afetado por caso fortuito ou força maior deverá comunicar por escrito à outra PARTE a ocorrência de qualquer evento dessa natureza, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas contadas da data da ocorrência do evento, nos termos desta cláusula.

4.5. Na ocorrência de caso fortuito ou força maior, cujas consequências não sejam cobertas por seguro, as PARTES acordarão se haverá lugar à REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO do CONTRATO ou à extinção da CONCESSÃO.

4.6. Verificando-se a extinção da CONCESSÃO, nos termos do disposto neste item, aplicar-se-ão, no que couberem, as regras e os procedimentos válidos para a extinção da CONCESSÃO por advento do termo contratual.

4.7. As PARTES se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias afim de minimizar os efeitos decorrentes dos eventos de força maior ou caso fortuito.

PARTE III – DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

5. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. Sempre que atendidas as condições deste ANEXO e respeitada a alocação de riscos nele estabelecida, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

5.2. O equilíbrio econômico-financeiro será preservado por meio de mecanismos de recomposição aqui expressos.

5.3. A eventual parcela decorrente de REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO estará submetida aos indicadores descritos no anexo.

6. DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1. Os procedimentos de REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO objetivam a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, a fim de compensar as perdas ou ganhos da CONCESSIONÁRIA, devidamente comprovados, em virtude da ocorrência dos eventos elencados no item 1.1.

6.2. Supervenientemente à assinatura do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA somente poderá invocar alterações decorrentes de normas editadas pelo PODER CONCEDENTE para demandar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO se comprovar que a alteração gerou impacto no equilíbrio econômico-financeiro.

6.3. O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO do CONTRATO poderá ser requerida pela parte que se sentir prejudicada.

6.4. A omissão da parte em solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO importará em renúncia desse direito após o prazo de 1 (um) ano contado a partir do evento que der causa ao desequilíbrio.

6.5. A forma pela qual será implementado o REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO será definida pelo PODER CONCEDENTE, dentre as medidas abaixo elencadas, individual ou conjuntamente:

6.5.1. Revisão dos valores da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA;

6.5.2. Alteração do prazo da CONCESSÃO;

6.5.3. Revisão do cronograma de investimentos da CONCESSIONÁRIA

6.5.4. Alteração das obrigações contratuais da CONCESSIONÁRIA;

6.5.5. Pagamentos diretos à CONCESSIONÁRIA, ou.

6.5.6. Outra forma definida de comum acordo entre o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA que altere o fluxo de caixa da CONCESSIONÁRIA

6.6. O procedimento de REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO da CONCESSÃO deverá ser concluído em prazo não superior a 180 (cento e oitenta dias), ressalvada as hipóteses, devidamente justificadas, em que seja necessária a prorrogação do prazo.

6.7. Para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO deverá ser calculado o fluxo de caixa marginal anual de cada evento gerador do desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, a fim de calcular a compensação financeira que anule os impactos financeiros positivos ou negativos do evento que ensejou o desequilíbrio, conforme previsto no item 7 deste anexo.

6.8. O pedido de REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO formulado pela CONCESSIONÁRIA deverá ser instruído com:

6.8.1. Relatório técnico ou laudo pericial, que demonstre o impacto financeiro, verificado ou projetado, em decorrência do evento no fluxo de caixa da CONCESSIONÁRIA conforme item 7, referente ao cálculo do fluxo de caixa marginal anual; e

6.8.2. Demais documentos necessários à demonstração do cabimento do pleito.

6.9. O PODER CONCEDENTE poderá requisitar outros documentos, assim como laudos econômicos específicos.

6.10. Todos os custos com diligências e estudos necessários à plena instrução do pedido correrão por conta da CONCESSIONÁRIA, ainda que decorrentes de determinações do PODER CONCEDENTE, e não fazem parte do REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.

6.10.1. O procedimento de REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO iniciado pelo PODER CONCEDENTE deverá ser objeto de comunicação à CONCESSIONÁRIA.

6.11. A ausência de manifestação da CONCESSIONÁRIA no prazo consignado na comunicação, que não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias, será considerada como concordância em relação ao mérito da proposta de REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO do PODER CONCEDENTE.

6.12. Recebido o requerimento ou a defesa da CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE decidirá, motivadamente, sobre o REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO do CONTRATO, decisão esta que terá autoexecutoriedade.

7. DO CÁLCULO DO FLUXO MARGINAL ANUAL

7.1. O processo de REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO será realizado de forma que seja nulo o valor presente líquido do fluxo de caixa marginal anual projetado em razão do evento que ensejou a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, considerando:

7.1.1. Os fluxos dos dispêndios e receitas marginais anuais, conforme for o caso, resultantes do evento que deu origem à recomposição deflacionados, anualmente, para o primeiro ano do fluxo de caixa marginal anual a partir do índice de correção do CONTRATO.

7.1.2. Os fluxos das receitas marginais anuais resultantes do REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, deflacionados, anualmente, para o ano de ocorrência do evento.

7.1.2.1. Uma vez calculados os valores de receita requeridos para a recomposição do equilíbrio, tais valores serão atualizados para o ano em que se efetiva a recomposição pela taxa conhecida de reajuste do contrato, considerando a mesma data-base.

7.1.3. Os valores de receita requeridos para o REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, quando for o caso, serão reajustados, a partir da data de efetivação da recomposição do reequilíbrio, pelo mesmo índice e na mesma data base do reajuste do CONTRATO.

7.2. Os fluxos dos dispêndios e das receitas marginais referidos no item 7.1 acima serão descontados segundo a seguinte lógica:

$$VPL = \sum_{t=1}^T \left(\frac{C_t}{(1+r)^t} \right)$$

Em que:

VPL: valor presente líquido do fluxo de caixa elaborado para demonstrar os efeitos dos eventos que deram causa ao pedido de recomposição o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

t: período de referência (ano) para a instituição dos efeitos dos eventos.

C: valor monetário constante do impacto dos eventos no fluxo de caixa marginal livre em cada período t.

r: taxa de desconto calculada a partir das regras do item 7.3.

7.3. A taxa de desconto a que se refere o item 7.2 será calculada a partir do seguinte cálculo:

$$r = \left[\frac{(1 + TIR)}{\left(\frac{1 + TJLP}{1 + IPCA} \right)} \times \left(\frac{1 + TJLP'}{1 + IPCA'} \right) \right] - 1$$

Em que:

r: Taxa de desconto para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

TIR: Taxa interna de retorno real do projeto, calculada a partir de fluxo livre de caixa do projeto em valores constantes, sem considerar o efeito de inflação, ou qualquer variação de preços relativos no tempo, para os custos dos insumos ou da receita da concessionária. Este valor será obtido a partir do PLANO DE NEGÓCIOS E MEMÓRIAS TÉCNICAS apresentado pela CONCESSIONÁRIA durante a LICITAÇÃO e desconsiderará todos os efeitos de eventual financiamento sobre o fluxo de caixa.

TJLP: Taxa de Juros de Longo Prazo, vigente na data de assinatura do CONTRATO.

TJLP': Taxa de Juros de Longo Prazo, vigente na data de recebimento da solicitação de Recomposição do Equilíbrio econômico financeiro por qualquer das partes.

IPCA': Índice de Preços a Consumidor Amplo, calculado no primeiro período de 12 meses completos no mês imediatamente anterior ao da data de assinatura do CONTRATO.

IPCA: Índice de Preços a Consumidor Amplo, calculado no primeiro período de 12 (doze) meses completos no mês imediatamente anterior ao da data de recebimento da solicitação de REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO por qualquer das partes.

7.4. Para fins de determinação dos fluxos dos dispêndios marginais, serão utilizados valores construídos, preferencialmente, a partir dos seguintes critérios:

- I. Dados oriundos dos sistemas oficiais de custos, preferencialmente a tabela de preços do Departamento de Obras Públicas;
- II. Dados oriundos do PLANO DE NEGÓCIOS E MEMÓRIAS TÉCNICAS apresentado pela ADJUDICATÁRIA para assinatura do CONTRATO;
- III. Relatório de perícia técnica ou avaliação análoga;
- IV. Outros critérios de mercado.

7.5. Ao final do prazo da CONCESSÃO, caso a última revisão do fluxo de caixa marginal anual revele resultado favorável à CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE poderá:

7.5.1. Determinar encargos adicionais à CONCESSIONÁRIA de forma que os respectivos dispêndios anulem o valor presente líquido do fluxo de caixa marginal anual; ou

7.5.2. Reter valores pagos pela CONCESSIONÁRIA, a exemplo da Garantia de Execução, já em poder do PODER CONCEDENTE, até que esses valores anulem o valor presente líquido do fluxo de caixa marginal anual.

7.6. Ao final do prazo da CONCESSÃO, caso a última revisão do fluxo de caixa marginal anual revele resultado desfavorável à CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE deverá proceder ao REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO do CONTRATO para proporcionar receitas adicionais à CONCESSIONÁRIA, de forma a anular o valor presente líquido do fluxo de caixa marginal anual.

8. NOVOS INVESTIMENTOS

8.1. Na hipótese de novos investimentos ou serviços solicitados pelo PODER CONCEDENTE e não previstos no CONTRATO, aquele poderá requerer à CONCESSIONÁRIA, previamente ao processo de REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, a elaboração do projeto básico das obras e projeto de implantação dos novos serviços, considerando que:

8.1.1. os referidos projetos deverão conter todos os elementos necessários à precificação do investimento e às estimativas do impacto da obra sobre as receitas da CONCESSIONÁRIA, segundo as melhores práticas e critérios de mercado; e

8.1.2. Para fins de REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO os projetos deverão ser orçados pela CONCESSIONÁRIA com base na planilha de preços do Departamento de Obras Públicas – DEOP/MG e submeter à aprovação do PODER CONCEDENTE.